



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO EXECUTIVO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOÃO VITOR TEIXEIRA TOMAZ

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAIS
DO NORDESTE NO PERÍODO DE 2000 A 2010.

FORTALEZA

2013

JOÃO VITOR TEIXEIRA TOMAZ

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAIS
DO NORDESTE NO PERÍODO DE 2000 A 2010.**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos.

**Fortaleza
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

T614e Tomaz, João Vitor Teixeira.

Evolução dos indicadores de desenvolvimento econômico e sociais do Nordeste no período de 2000 a 2010 / João Vitor Teixeira Tomaz - 2013.

56 f.: il.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2013.

Orientação: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos.

1.Pobreza – Brasil – Nordeste 2.Desenvolvimento econômico – Brasil – Nordeste 3.Exclusão Social I. Título

JOÃO VITOR TEIXEIRA TOMAZ

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAIS
DO NORDESTE NO PERÍODO DE 2000 A 2010.**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profº José de Jesus Sousa Lemos

Profº Fábio Maia Sobral (1º examinador)

Profº Sandra Maria dos Santos (2º examinador)

A Deus.

Aos meus pais, José Anchieta e Neule Maria.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, que me guiou, protegeu e me deu força quando imaginava que não poderia vencer os obstáculos, principalmente quando perdi (fisicamente) meu pai, que sempre me ajudou e que sentia uma enorme orgulho do homem o qual me tornei. Sem a presença Dele nada poderia ter sido conquistado e superado.

Segundo, a minha família, que, diante de tanta dificuldade, soube me formar um homem que sabe lutar pelos seus objetivos e que me orientou para os estudos, apoiando-me nas minhas escolhas e compartilhando cada luta a caminho da vitória. A minha mãe, que, com seu carinho e amor, me amparou nas angústias e nas dúvidas e que com o seu sorriso mostrou-me que sempre devemos demonstrar felicidade, pois sempre há alguém pior do que nós. Ao meu pai, que não me deixou desanimar em nenhum momento, sempre me deu forças e que, posso afirmar com todas as letras: seria a pessoa que mais estaria feliz neste momento, servindo-me como exemplo de responsabilidade. Ao meu irmão amado, que, com seu jeito, sempre me motivou e compartilhou comigo de todos os momentos e sentimentos vividos neste período de faculdade.

As minhas tias Márcia e Raimunda, as quais sempre me deram apoio, seja emocional ou financeiro, neste período e que sempre torceram e rezaram pelo meu sucesso.

Aos meus amigos que cativei no decorrer da vida, Alex Oliveira, David, Marília, Cleiton, Marina, Renan, Rayssa, Clarice, Elthon, Ângela e Tatiane, que sempre me incentivaram no período da faculdade, estando ao meu lado em todos os momentos, inclusive nos que mais precisei de apoio. Aos amigos que pude fazer na faculdade, tornando-se pessoas especiais e os levarei por toda a vida: Alex Custódio, Lyzandra, Rosana, Júnior e Lourainy. Sem eles não conseguiria terminar este curso, porque cada um foi fundamental nesta conquista, tanto pelas ajudas, quanto pelo apoio e confiança depositados.

A todo o corpo docente da UFC, que muito contribui para a formação profissional e intelectual dos seus alunos. Ao meu orientador, José de Jesus Sousa Lemos, pela paciência, compreensão e competência durante a elaboração deste trabalho.

A todas as pessoas que colaboraram de forma direta ou indireta para a conquista dessa vitória.

“Se uma sociedade livre não pode ajudar os muitos que são pobres, não poderá salvar os poucos que são ricos.”

John F. Kennedy

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é aferir e avaliar a evolução dos indicadores de desenvolvimento econômico e social do Nordeste no período de 2000 a 2010. O objetivo secundário é estabelecer a comparação desses indicadores entre os estados que compõem a região em contraponto com as demais regiões do país. O presente trabalho tem como base uma pesquisa aplicada e os dados coletados são de origem secundária. Quanto à classificação da abordagem do problema, temos que esta pesquisa é de cunho quantitativo, e em relação aos procedimentos técnicos realizados nesta análise, realizou-se uma pesquisa bibliográfica. Dentre os inúmeros índices que existem para se medir bem-estar ou mal-estar social e econômico, foram utilizados o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o IES (Índice de Exclusão Social). Por intermédio deste estudo, pode-se afirmar que há um padrão diferenciado de desenvolvimento entre os diferentes estados do Nordeste e que pode refletir em um tratamento desigual em termos de políticas públicas para a região no período intersensitário de 2000 e 2010. Além desse fator, os resultados das análises mostraram de forma concisa a evolução dos principais indicadores de desenvolvimento, ressaltando a comparação dos estados da região Nordeste e a comparação desta com as demais regiões brasileiras, identificando as principais deficiências e melhorias ocorridas nesse período, além de mensurar, por meio do IDH e do IES, o bem-estar ou mal-estar social.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico. Nordeste. Pobreza. Exclusão Social. IDH. IES.

ABSTRACT

The objective of this study is to compare and evaluate the evolution of indicators of economic and social development of the northeast in the period 2000-2010. Your secondary objective is to establish a comparison of these indicators between the states that make up the region, along with the rest of the country. This work is based on an applied research and the data collected are of secondary origin. In relation to the classification approach to the problem, we have that this research is quantitative and on the technical procedures performed in this study, we performed a literature search . Among the various indexes that exist to measure welfare or social and economic malaise, the HDI (Human Development Index) and IES (Social Exclusion Index) were used. Through this study it can be established that there is a different pattern of development among different states of the Northeast and may reflect unequal treatment in terms of public politics for the region in intersensit rio between 2000 and 2010. Besides this factor, the results of the analysis show concisely the evolution of the main indicators of development, emphasizing the comparison of states in the Northeast region and its comparison to other Brazilian regions, identifying the main weaknesses and progress that have occurred in this period, in addition to measuring by the HDI and the IES welfare or social malaise.

Keywords: *Economic Development. Northeast. Poverty. Social Exclusion. HDI. IES.*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estados do Nordeste: População Total, Participação na População Regional e Variação entre os Censos 2000 e 2010	27
Tabela 2 - Evolução da população Urbana e Rural nos anos de 2000 e 2010	28
Tabela 3 - Proporção (%) da População por Faixa de Idade em 2000	32
Tabela 4 - Proporção (%) da População por Faixa de Idade em 2010	32
Tabela 5 - Evolução da População Analfabeta em Áreas Urbanas no Brasil e Regiões entre 2001 e 2009	33
Tabela 6 - Evolução da Escolaridade Média no Brasil e Regiões entre 2001 e 2009	34
Tabela 7 - Evolução do PIB Per Capita das Capitais da Região Nordeste no período de 2001 a 2009	37
Tabela 8 - Evolução do PIB Per Capita do Brasil e Regiões no Período de 2000 a 2009	40
Tabela 9 - Evolução do PIB Per Capita dos Estados do Nordeste no período de 2000 a 2009	41
Tabela 10 - Proporção de crianças de 4 e 5 anos de idade que frequentam estabelecimento de ensino, segundo algumas características selecionadas 2000/2012	43
Tabela 11 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e 2012	44
Tabela 12 – Esperança de vida ao nascer, por ano, segundo região e sexo	47

Tabela 13 – IDH dos Estados do Nordeste em 2000 e 2010	48
Tabela 14 – População Excluída Brasil e Regiões em 2000 e 2010	49
Tabela 15 – Comparação entre privações no Brasil e Regiões entre 2000 e 2010	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População do Nordeste (em milhões) comparando valores dos Censos de 2000 e 2010	30
Gráfico 2 – Evolução da População Analfabeta em Áreas Urbanas no Brasil e Regiões entre 2001 e 2009	33
Gráfico 3 - Evolução da Escolaridade Média no Brasil e Regiões entre 2001 e 2009	35
Gráfico 4 – Evolução do PIB Per Capita nas Capitais Brasileiras entre 2001 e 2009 (R\$ em valores correntes)	37
Gráfico 5 – Evolução do Salário Mínimo no Brasil no período de 2000 a 2009	39
Gráfico 6 – Evolução da Inflação do Brasil no período de 2000 a 2010 (IPCA)	40

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	Desenvolvimento Econômico – Conceitos e Índices	17
2.2	Pobreza e Exclusão Social	20
3	FONTES DOS DADOS E METODOLOGIA	24
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
4.1	Faixa Etária	30
4.2	Alfabetizados	33
4.3	Renda	36
4.4	IDH – Índice de Desenvolvimento Humano	42
4.5	IES – Índice de Exclusão Social	48
5	CONCLUSÃO	52
	REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Socioeconômico é tema de relevância, sobretudo quando são comparados padrões diferenciados entre regiões, e busca-se o entendimento do porquê dos diferenciais de desenvolvimento encontrado entre as localidades.

O Brasil é um país de tamanho continental, por isso há uma enorme dificuldade de ter uma regularidade nas políticas públicas aplicadas em cada território do país, pois, em cada região, a população possui características próprias, manifestações culturais diferentes, clima, vegetação, necessidades distintas, além de toda a desigualdade ampliada no decorrer da história.

Tendo em vista toda essa assimetria entre as regiões do país e entre os estados, fez-se necessário verificar, mediante esta pesquisa, a evolução dos dados dos indicadores de desenvolvimento econômico da região do Nordeste, visto que esta é uma das regiões que possui os piores resultados desses indicadores e mesmo analisando somente essa parte do território, pode-se verificar uma diferença nos dados entre os estados que a compõem.

Uma análise dos indicadores de desenvolvimento se torna de fundamental importância para comparar dentro do período em estudo a evolução dos indicadores do nordeste em relação aos dados coletados nos censos de 2000 e 2010 realizados pelo IBGE. Dentro dessa comparação, irá ser analisado se o Nordeste sofreu um retrocesso ou um avanço na questão do desenvolvimento econômico da sua população nesses dez anos.

Os indicadores servem para apreciar os níveis de desenvolvimento de determinada localidade, ajudar a compreender, comunicar e prever o comportamento da economia e da população, além de orientar na implantação de políticas públicas.

O objetivo deste trabalho é aferir e avaliar a evolução dos indicadores de desenvolvimento econômico e social do Nordeste no período de 2000 a 2010, estabelecendo a comparação desses indicadores entre os estados que compõem a

região em contraponto com as demais regiões do país, além de verificar e analisar a evolução dos indicadores econômicos e sociais do Nordeste.

A pesquisa consta de cinco seções divididas em: Introdução, a Metodologia, o Referencial Teórico, a Análise dos Resultados e a Conclusão. Na primeira seção foi explicitado e delimitado o tema, os objetivos, as hipóteses, os problemas da pesquisa na introdução. Na segunda seção estão os métodos utilizados na pesquisa. Na terceira seção estão apresentados os principais conceitos e dados sobre desenvolvimento econômico, seus indicadores e índices. Na quarta seção foram mostrados os resultados obtidos e as análises que estes resultados nos mostram.

Na quinta seção finalizou-se o estudo, ressaltando os principais resultados, as principais conclusões extraídas das comparações feitas entre as regiões do país, dando ênfase à região Nordeste e, ainda, foram apresentadas algumas considerações a respeito dos resultados encontrados e da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção se inicia estabelecendo a distinção que deve existir entre crescimento e desenvolvimento econômico. O conceito de desenvolvimento econômico é bastante difundido e discutido no mundo, por este motivo possui várias denominações a respeito da sua definição e da sua aferição em razão à existência de diversas óticas em que se analisam tal termo. Há também nessa discussão uma diferenciação entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico, que se torna necessário fazer nesta seção, pois por muito tempo esses termos foram tratados como sinônimos, mas eles possuem grandes diferenças.

Segundo Sandroni (1999, p.141):

Crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico. Desenvolvimento econômico é o crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia.

Por estas definições acima, pode-se diferenciar estes termos. Crescimento econômico está ligado intimamente aos indicadores de quantum, a quantidade de crescimento monetário de uma localidade. O desenvolvimento econômico aborda na sua essência tanto a quantidade quanto a relação que essa quantidade tem com a qualidade de vida dos habitantes do local em estudo. Não se pode dizer que um país, uma região ou uma cidade é desenvolvida somente pelo crescimento da renda, mas também pelos benefícios sociais que esse aumento traz, pela partição mais igualitária dessa renda entre todas as camadas sociais, pela distribuição dos serviços básicos como, por exemplo, coleta sistemática de lixo, saneamento básico, educação, saúde e segurança. Enfim, é fundamental o acesso de forma igualitária aos serviços básicos necessários à sobrevivência humana para se caracterizar o desenvolvimento humano. (LEMOS, 2012)

Alguns indicadores são utilizados para medir tanto o crescimento quanto o desenvolvimento econômico. O crescimento econômico, por exemplo, pode ser medido pela evolução do PIB Agregado, evolução do PIB Per Capita e a evolução do aumento de produtividade, entre outros indicadores que levam em conta somente o quantitativo. Por outro lado, e tendo como referência o seu conceito, o desenvolvimento econômico pode ser medido pelos indicadores de acesso à educação, saúde, água encanada, coleta de lixo, saneamento básico, expectativa de vida, mortalidade infantil, entre outros que medem a qualidade de vida da população, além dos indicadores associados ao crescimento, pois, para existir desenvolvimento, é necessário que se tenha crescimento econômico, todavia a mesma relação não se aplica quando invertemos os termos na afirmação.

2.1 Desenvolvimento Econômico – Conceitos e Índices

Na discussão acima, foram abordadas as diferenças entre crescimento e desenvolvimento econômico, no entanto o presente estudo irá abordar a evolução dos indicadores de desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro no período de 2000 a 2010. Portanto, nada melhor do que abordar de forma mais específica o seu conceito e os seus índices mais conhecidos ou utilizados neste trabalho, que servem para medir, embora de forma simplista e reducionista, o desenvolvimento de determinada localidade.

O conceito mais difundido e aceito pelos estudiosos é o formulado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que publica desde os anos 90 do século passado, o Relatório de Desenvolvimento Humano (Human Development Report). O Relatório tem como funções primordiais: informar sobre as políticas públicas em que coloquem o ser humano como objetivo central, mostrar e comparar as relações de desenvolvimento entre os países e, sobretudo, conscientizar o mundo que **“as pessoas são a verdadeira riqueza das nações”** (PNUD, 2013).

De acordo com o *HUMAN DEVELOPMENT REPORT - HDR* (1994, apud, LEMOS, 2012, p.43) buscou-se dar embasamento à esse novo conceito de

desenvolvimento que começa a entrar em destaque e que se diferencia do conceito de crescimento econômico:

A riqueza é importante para a vida humana. Contudo, centrar as atenções apenas neste indicador é incorreto por duas razões: Primeiro a acumulação de riqueza não é necessária para o preenchimento de algumas das escolhas do ser humano. Com efeito, os indivíduos e a sociedade fazem muitas escolhas que não precisam da riqueza para concretizá-las. Uma sociedade não precisa ser rica para estar habilitada a uma vida democrática. Uma família não precisa ser rica para respeitar os direitos de cada um dos seus membros. Uma nação não precisa ser rica para tratar os homens e as mulheres de forma eqüitativa. Tradições sociais e culturais, de grande valor, podem ser mantidas e - efetivamente o são - em todos os níveis de renda. A riqueza de uma cultura pode ser independente da riqueza material do seu povo. Segundo, as escolhas humanas se estendem além do bem-estar econômico. Os desejos humanos seguramente incorporam ter riqueza material. Porém eles precisam e querem também ter uma vida longa e saudável, beberem vigorosamente na fonte do saber, participarem livremente na vida da sua comunidade, respirarem um ar livre de poluição, e apreciarem o simples prazer de viverem num ambiente limpo, com paz em suas mentes, que decorre do fato de possuírem um local seguro para morar, e ter a segurança de ter trabalho estável, com remuneração dignificante.

Diante desta citação, propõe-se perceber que o conceito de desenvolvimento econômico está relacionado com o que citamos no item anterior (Crescimento Econômico versus Desenvolvimento Econômico), em que a riqueza não é o indicador mais apropriado para medir o bem estar da sociedade, apesar de ser fundamental, todavia não é o único indicador necessário para que se obtenha desenvolvimento.

Dentro dessa aferição, há alguns índices que, apesar de limitados e simplistas, ajudam na construção desse conceito. Dentre os existentes, podemos citar alguns dos mais conhecidos: IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), IDHAD (Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade), IDG (Índice de Desigualdade de Gênero) e IPM (Índice de Pobreza Multidimensional). O IDH é o mais utilizado para a mensuração de desenvolvimento, no entanto ele possui algumas falhas e, para minimizar essas falhas, foram criados alguns outros índices como os citados acima.

O IDH é um índice adotado pela ONU desde 1990 em que visava montar um ranking de desenvolvimento entre os países que faziam parte da organização. Isso se deveu porque o ranking antes era feito com base no PIB, no entanto era uma forma errônea de ordenar os países com o intuito de medir a qualidade de vida ou

desenvolvimento da nação já que existiam países que possuíam um PIB maior porque tinha um espaço territorial e populacional maior, entretanto essa forma não media o desenvolvimento do país. Em virtude dessa necessidade, surgiu assim o IDH.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) pela primeira vez em 1990, é um termômetro que objetiva aferir níveis de bem-estar social e econômico. Foi criado para hierarquizar os 175 países que, naquele ano, eram filiados à ONU. O IDH tem três indicadores: esperança de vida ao nascer, que, em síntese, é a idade em que, em média, as pessoas morrem; estoque de educação, composto de duas variáveis – percentual de adultos alfabetizados e percentual de matrículas nos ensinos elementar, médio e superior; o terceiro indicador é a renda per capita, avaliada segundo a paridade do poder de compra, em que a ONU aplica um redutor que estabelece que, a partir de determinado patamar de bem-estar, a renda adicional não se traduz em incremento proporcional de qualidade de vida. São estimados índices parciais para cada um desses indicadores, que recebem ponderação igual a definida pela ONU com 1/3, para construir o IDH a partir da média geométrica desses indicadores parciais. (LEMOS, 2012)

Por se tratar de um índice, o IDH se torna reducionista e isto acontecerá com todo e qualquer índice, pois não se consegue retratar fielmente a realidade. Um índice, seja ele qual for, consegue apenas dar uma noção, isto é, nortear soluções, medidas que possam ser tomadas após a exposição dos resultados encontrados. Vale ressaltar que o IDH é medido entre 0 e 1 e quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o local e, conseqüentemente, quanto mais próximo de 0, menor será o desenvolvimento do local.

A âncora da renda é um indicador que no Brasil e nos países em desenvolvimento apresenta uma enorme variabilidade em torno da média, pois existe uma grande concentração de renda nas mãos de poucos, enquanto a maioria da população é obrigada a sobreviver com muito menos. Portanto, ao analisar o indicador renda é preciso observar a distribuição de renda e entender que o resultado não apresentará a verdadeira realidade. Por conta dessa disparidade existente, o resultado poderá ser completamente distorcido, como se observa no item 4.3 deste estudo, ainda mais quando se trata do Nordeste brasileiro.

A âncora da educação, conforme citado acima, é distribuída em percentual de adultos alfabetizados e percentual de matrículas no ensino elementar, médio e superior. Há uma falha nesse indicador também, porque só é mensurado a

quantidade de matrículas e de pessoas adultas alfabetizadas, no entanto não se consegue medir a qualidade do ensino e isso nos leva há mais uma distorção, pois esses dados podem ser manipulados por governantes inescrupulosos os quais visam se beneficiar com a “melhoria” do indicador. Entretanto estes governantes estão somente “mascarando” a realidade para benefício próprio e esse disfarce é bastante comum em países pobres e em desenvolvimento. No nordeste brasileiro, políticas que visam aumentar os números dos indicadores são bastante comuns, mas a distorção da qualidade do ensino e as condições físicas e humanas precárias fazem com quem a população excluída continue sem a devida educação e sem a oportunidade de alcançar o desenvolvimento econômico e social, uma vez que a educação é um dos principais fatores para se alcançar o desenvolvimento.

O IDH é ancorado em três dimensões: o estoque de educação, a longevidade ou expectativa de vida e a renda monetária. No estoque de educação, é levado em conta o percentual de adultos analfabetos e o percentual de matrículas em todos os níveis de ensino. A longevidade ou expectativa de vida compreende a idade em que as pessoas morrem, em média. A ótica em que a renda é analisada é a renda per capita, ou seja, a renda por pessoa e o poder de comprar que essa renda tem. (LEMOS, 2012).

Como já foi citado, o IDH possui alguns problemas. Primeiro, é o fato de abordar somente três indicadores dos inúmeros existentes para medir desenvolvimento humano. Outro fato é a dificuldade da coleta dos dados, porque podem ser distorcidos com muita facilidade e frequência. Em relação à distorção dos dados, pode ser citado, por exemplo, o indicador de expectativa de vida, no qual a distorção ocorre pelo fato de que em países ou em regiões atrasadas e pobres economicamente não existe um controle rígido dos registros de natalidade e de mortalidade, compelindo que parte da população não seja incorporada na expectativa, distorcendo o índice.

2.2 Pobreza e Exclusão Social

Quando se analisa, por exemplo, o terceiro pilar do IDH (a renda), temos que quando ela é mal distribuída, pode gerar problemas que afetam toda a

sociedade. No Brasil, há uma má distribuição de renda, onde cerca de 20% da população mais pobre recebe por volta de R\$159,74 como renda média familiar per capita e os 20% mais ricos recebem por volta de R\$2.629,86, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) em sua pesquisa sobre as condições de vida da população brasileira em 2012, realizada nas Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas.

De fato, há uma grande desigualdade tanto em aspectos econômicos quanto em aspectos sociais entre as regiões do território que, por ser um país de dimensões continentais, tem dificuldades em diminuí-las e, portanto, nos faz observar um enorme nível de pobreza na população brasileira, sobretudo na região do Nordeste, onde os aspectos históricos, sociais, climáticos e culturais não favorecem para uma melhoria na qualidade desses indicadores.

Diante do exposto, as desigualdades de renda e de oportunidades nos levam há um grande problema, o nosso “calcanhar de Aquiles”: a pobreza.

O conceito de pobreza é também bastante diversificado. Pode-se conceituar pobreza de acordo com vários aspectos, sejam eles sociais, de rendimentos, qualitativos, exclusivos, ocasionando nas várias formas de conceituar este termo. Podemos então observar logo abaixo a diferença entre os conceitos de pobreza segundo o HDR e o Banco Mundial.

O HDR (1997, apud, LEMOS, 2012, p. 63) é a negação das oportunidades de escolha dos itens essenciais para o desenvolvimento humano, tais como: ter uma vida longa, saudável e criativa; ter um padrão adequado de liberdade, dignidade, autoestima; e gozar de respeito por parte de seus pares.

Já segundo o Banco Mundial (2000, apud, LEMOS, 2012, p. 63), a pobreza acontece devido a: 1. falta de renda e de recursos para atender necessidades básicas: alimentos, habitação, vestuário e níveis aceitáveis de saúde e educação. 2. falta de voz e poder nas instituições estatais e na sociedade. 3. vulnerabilidade a choques adversos, combinada com uma incapacidade de enfrentá-los.

Pode-se notar que se estes conceitos forem comparados, o conceito de pobreza possui um enorme grau de subjetividade e que se torna bastante complicada a discussão devido às inúmeras interpretações que podem ser retiradas dessas denominações. Entretanto o significado de pobreza, muitas vezes, pode ser confundido com o conceito de exclusão, pois delimitam a pobreza como sendo não somente a restrição de acesso a ativos financeiros, mas também pelo fato de pessoas pobres também serem excluídos dos ativos sociais mais básicos e essenciais à sobrevivência digna. Devido a essa “exclusão” e a delimitação, surgem como sinônimos os vocábulos pobreza e exclusão.

Com efeito, Lemos (2012, p. 80), afirma que a Exclusão Social é a privação de renda, dos ativos sociais e ambientais necessários ao bem – estar do ser humano.

Diante desses conceitos de pobreza, exclusão social e dos índices acima citados, foi utilizado também neste estudo o Índice de Exclusão Social (IES) para medir, de forma reducionista, a exclusão social de determinada localidade. Este índice foi criado pelo professor Lemos visando identificar alguns dados de bem-estar ou mal-estar que o IDH não conseguia por conta de suas limitações.

O Índice de Exclusão Social foi criado com o objetivo de medir de forma mais fidedigna os padrões mal-estar (ou bem-estar) dos países ou locais mais atrasados, ou seja, menos desenvolvidos, pois devido às condições encontradas nesses locais, a distorção dos dados do IDH podem ser ainda maiores por conta dos fatores que foram abordados neste estudo até então. Deve-se deixar claro que o IES não surgiu para ser um substituto do IDH, mas para ser um índice complementar. Para suprir algumas deficiências e reduzir as distorções dos dados, o IES engloba mais indicadores em comparação com o IDH porque quanto menor for o número de indicadores que entram na composição de um índice, mais reducionista será. Como o IDH, o IES também se torna reducionista, pois essa é uma característica inerente a qualquer índice criado, de acordo com o que foi discutido em outro tópico. (LEMOS, 2012)

Segundo Lemos (2012, p 205):

O IES está ancorado em três grandes indicadores: Passivo Social (Passocia) que vem a ser o percentual da população maior de quinze (15) anos que se declarou analfabeta. A segunda âncora do IES é o Passivo Econômico (Passecon), que é aferido pelo percentual da população que sobrevive em domicílios cuja renda varia de zero a, no máximo, dois salários mínimos. A terceira âncora do IES é o Passivo Ambiental (Passambi). Esta âncora se obtém através da conjugação de três outros indicadores devidamente ponderados: Privagua, que é o percentual da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com, ao menos, um ponto de torneira dentro de casa; Privsane que afere o percentual da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, de fossa séptica para destinar os dejetos humanos. O terceiro indicador de âncora do IES é o percentual de domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente (Privlixo). A forma de medição do IES é de 0 a 100%, onde quanto mais próximo de 100 estiver o índice, maior será o número de excluídos.

Portanto, o IES se constitui nessas três âncoras as quais buscam minimizar as falhas enfrentadas pelo IDH e que são utilizadas para medir as privações de serviços básicos à sobrevivência humana que são enfrentadas pela população mais pobre ou excluída.

3 FONTES DOS DADOS E METODOLOGIA

O presente trabalho tem como base uma **pesquisa aplicada** e os dados coletados são de origem **secundária**, isto é, não serão gerados neste estudo, contudo foram gerados em outras pesquisas que servirão como base para nosso estudo. Quanto à classificação à abordagem do problema, temos que esta pesquisa é de cunho **quantitativo**, pois levará em consideração a apresentação de dados e números, porém não será dispensada a utilização de conceitos e teorias para explicar os resultados encontrados, ou seja, criaremos um vínculo entre os números e a subjetividade, explicando o que esses dados identificam e significam para a região.

Em relação aos procedimentos técnicos realizados nesta análise, realizamos uma pesquisa **bibliográfica**, isto é, foi realizado uma pesquisa em livros, artigos publicados, internet, censos, documentos e dicionários onde iremos coletar informações, conceitos e dados sobre desenvolvimento econômico e indicadores de desenvolvimento do nordeste brasileiro. Neste trabalho foram utilizados como referência na coleta de dados os censos de 2000 e 2010.

Dentre os inúmeros índices que existem para se medir bem-estar ou mal-estar social e econômico, será utilizado o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o IES (Índice de Exclusão Social). Dentro desses índices existem alguns indicadores que nos ajudam a observar e analisar a relação que esses indicadores têm com a realidade. Utiliza-se como base os dados do PIB Agregado, PIB Per Capita, o número de pessoas acima de 15 anos alfabetizadas, números de matrículas em todos os níveis de ensino, média de anos de estudo, expectativa de vida, emprego, renda, demografia, serviços de saúde, segurança pública e acesso aos serviços públicos básicos.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem três indicadores: esperança de vida ao nascer que, em síntese, é a idade em que, em média, as pessoas morrem; estoque de educação, composto de duas variáveis – percentual de adultos alfabetizados e percentual de matrículas no ensino elementar, médio e superior; o terceiro indicador é a renda per capita, avaliada segundo a paridade do

poder de compra, em que a ONU aplica um redutor que estabelece que, a partir de determinado patamar de bem-estar, a renda adicional não se traduz em incremento proporcional de qualidade de vida. São estimados índices parciais para cada um desses indicadores, que recebem ponderação igual à definida pela ONU com 1/3, para construir o IDH a partir da média geométrica desses indicadores parciais. (LEMOS, 2012)

O IES está ancorado em três grandes indicadores: Passivo Social (Passocia), que vem a ser o percentual da população maior de quinze (15) anos que se declarou analfabeta. A segunda âncora do IES é o Passivo Econômico (Passecon), que é aferido pelo percentual da população que sobrevive em domicílios cuja renda varia de zero a, no máximo, dois salários mínimos. A terceira âncora do IES é o Passivo Ambiental (Passambi). Esta âncora se obtém através da conjugação de três outros indicadores devidamente ponderados: Privagua, que é o percentual da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com ao menos um ponto de torneira dentro de casa; Privsane, que afere o percentual da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, de fossa séptica para destinar os dejetos humanos. O terceiro indicador de âncora do IES é o percentual de domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente (Privlixo). A forma de medição do IES é de 0 a 100%, em que quanto mais próximo de 100 estiver o índice, maior será o número de excluídos.

Assim, propõe-se a seguinte equação de definição para o IES:

$$IES_i = P_{i1}Y_{i1} + P_{i2}Y_{i2} + P_{i3}Y_{i3}; i = 1, 2, \dots, n;$$

Na definição acima, P_{ij} se constituem nos respectivos pesos (cuja soma é igual a um) associados a cada uma das âncoras dos indicadores Y_{ij} que entram na construção do IES. Estes indicadores estão definidos da seguinte forma:

$Y_{i1} = \text{Passocia};$

$Y_{i2} = \text{Passecon};$

$Y_{i3} = \text{Passambi};$

Onde a âncora Passambi se estima da seguinte forma:

$$\text{PASSAMBI} = P_{i4}Y_{i4} + P_{i5}Y_{i5} + P_{i6}Y_{i6}.$$

Portanto,

Y_{i4} = Privagua;

Y_{i5} = Privsane;

Y_{i6} = Privlixo;

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Censo Demográfico de 2010 mostrou a região Nordeste com uma população de 53,1 milhões de habitantes, obtendo um crescimento de 11,19% em relação a 2000 e cuja população era de 47,7 milhões. Assim, o Nordeste apresentou uma taxa de crescimento bem próxima ao crescimento do Brasil que foi de 12,48% e semelhante ao crescimento da região Sudeste que foi de 11,16% nesse período. Vale ainda ressaltar o grande crescimento das regiões Centro-Oeste e Norte com cerca de 21,02% e 23,04%, respectivamente. (IBGE)

Tabela 1 - Estados do Nordeste: População Total, Participação na População Regional e Variação entre os Censos 2000 e 2010.

UF	População		Variação (%)	Taxa de Crescimento Anual
	2000	2010		(% a.a)
Maranhão	5.651.475	6.574.789	16,3	1,5
Piauí	2.843.278	3.118.360	9,7	0,9
Caerá	7.430.661	8.452.381	13,8	1,3
Rio Grande do Norte	2.776.782	3.168.027	14,1	1,3
Paraíba	3.443.825	3.766.528	9,4	0,9
Pernambuco	7.918.344	8.796.448	11,1	1,1
Alagoas	2.822.621	3.120.494	10,6	1,0
Sergipe	1.784.475	2.068.017	15,9	1,5
Bahia	13.070.250	14.016.906	7,2	0,7
Nordeste	47.741.711	53.081.950	11,2	1,1

Fonte: Leite (2013)

Observando as taxas de crescimento dos estados nesse período pode-se perceber que a Bahia teve a menor taxa de variação no período, em contrapartida, Maranhão, Sergipe e Rio Grande do Norte obtiveram as maiores taxas de variação de crescimento entre 2000 e 2010. Embora haja um considerável crescimento da população nordestina, essas taxas são modestas se fossem comparadas às taxas de décadas atrás, como a década de 1970, onde houve um pico de crescimento por volta de 27,85%.

A partir da década de 1970, houve uma gradual diminuição do crescimento populacional da região Nordeste e das demais regiões motivadas por políticas públicas de controle populacional e de conscientização das famílias, pois era comum encontrar famílias, principalmente na área rural, com cinco filhos e a dificuldade de sustentar uma família desse tamanho era enorme, havendo a estiagem como agravante. Além do mais houve uma forte migração da população nordestina para a área urbana, onde o ritmo de vida é mais dinâmico, ocasionando na influência do aumento dos níveis educacionais em relação a essa diminuição do crescimento populacional.

Dentre estes aspectos abordados, podemos ainda verificar como se deu a evolução da população nordestina na zona urbana e rural nesse período entre os censos de 2000 a 2010, conforme segue a tabela abaixo:

Tabela 2 - Evolução da população Urbana e Rural nos anos de 2000 e 2010.

UF	População Urbana			População Rural		
	2000	2010	Var. %	2000	2010	Var.%
Maranhão	3.364.070	4.147.149	23,28	2.287.405	2.427.640	6,13
Piauí	1.788.590	2.050.959	14,67	1.054.688	1.067.401	1,21
Ceará	5.315.318	6.346.557	19,40	2.115.343	2.105.824	-0,45
Rio Grande do Norte	2.036.673	2.464.991	21,03	724.558	703.036	-2,97
Paraíba	2.447.212	2.838.678	16,00	996.613	927.850	-6,9
Pernambuco	6.058.249	7.052.210	16,41	1.860.095	1.744.238	-6,23
Alagoas	1.919.739	2.297.860	19,70	902.882	822.634	-8,89
Sergipe	1.273.226	1.520.366	19,41	511.249	547.651	7,12
Bahia	8.772.348	10.102.476	15,16	4.292.744	3.914.430	-8,81
Nordeste	32.975.425	38.821.246	17,73	14.745.577	14.260.704	-3,29

Fonte: Leite (2013)

Pode-se perceber que em todos os estados desse território houve um aumento da população urbana, fazendo com que o Nordeste torne-se uma região cuja população, em sua maioria, seja urbanizada. Em contraponto, nota-se que somente os estados do Maranhão, Piauí e Sergipe tiveram um aumento da população rural, com destaque para Sergipe que teve o maior crescimento (7,1%) nesses 10 anos abordados.

Diante do exposto, torna-se visível que a população rural está tendo cada dia mais dificuldades de se manter no seu local de origem, porque não há políticas públicas adequadas para manter o agricultor e sua família na área rural, principalmente na região Nordeste, pois as estiagens, a fome e a miséria, sempre recorrentes, agravam a qualidade de vida desses habitantes. Ademais, todos esses fatores fazem essas pessoas migrarem para o meio urbano, dificultando ainda mais a vida nas grandes cidades.

A família, quando migra da área rural para a área urbana, na maioria das vezes, sem nenhuma estrutura, passa por muitas dificuldades, pois não tem qualificação para entrar no mercado de trabalho, por conseguinte esta família não terá acesso aos serviços básicos à sobrevivência, fazendo com que haja uma piora na utilização de serviços públicos das cidades. Isso levará ao surgimento de habitações improvisadas, como as favelas, levará também ao inchamento das filas nos hospitais e de pedintes nas ruas, além do aumento da violência e das “mazelas” nas cidades.

Portanto, é importante que o governo implante políticas públicas de melhoria do meio rural para que a população rural não seja “obrigada” a deixar sua terra natal e que consiga ter uma vida digna, nos aspectos econômicos e sociais. Além do mais esse “freio” na migração rural-urbana gera uma melhoria na qualidade do bem-estar da população das grandes cidades, pois não agravam ainda mais seus problemas e faz com que haja uma diminuição do número de excluídos, de acordo com o conceito abordado neste estudo.

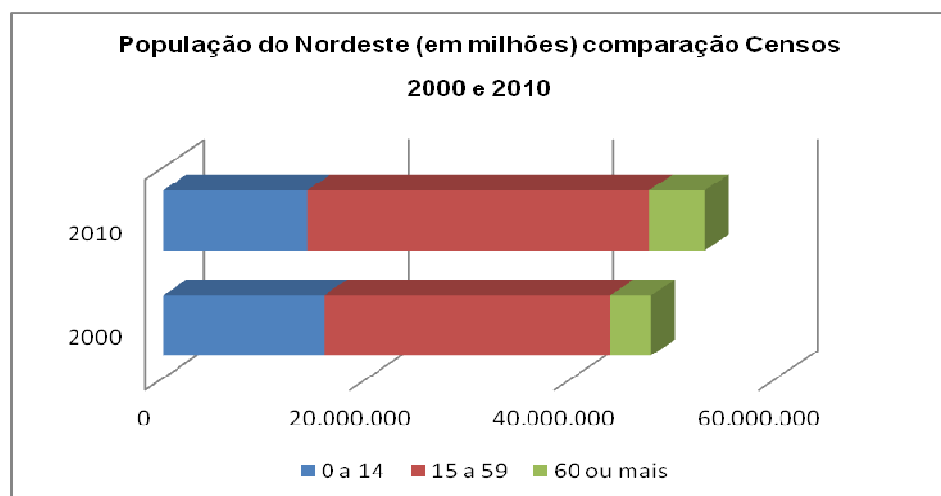
4.1 Faixa Etária

A dinâmica demográfica no Brasil vem apresentando uma diminuição no ritmo de crescimento populacional e mudanças na sua estrutura etária. O processo de transição demográfica, relacionado com a queda das taxas de mortalidade e fecundidade, tem provocado uma rápida variação na estrutura etária brasileira, com redução da proporção de crianças e jovens, aumento da população adulta e uma tendência de substantiva elevação de idosos. Esta alteração na distribuição etária vem configurar um novo retrato da população brasileira que se reflete em mudanças nas demandas por políticas públicas específicas. (IBGE, 2011a, p. 28).

A dinâmica demográfica do Nordeste vem seguindo o mesmo caminho da dinâmica demográfica do Brasil, conforme citado acima. Isto é, a pirâmide etária da região do Nordeste vem se modificando com a redução da proporção de crianças e jovens, aumento da população adulta e com grande elevação de idosos. Esta mudança se deve à queda das taxas de fecundidade e ao aumento da expectativa de vida da população.

Abaixo seguem tabelas e gráfico que servirão para exemplificar e ilustrar o que está sendo colocado à respeito da pirâmide etária do Nordeste.

Gráfico 1 – População do Nordeste (em milhões) comparando valores dos Censos de 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (2003, 2011).

O Gráfico 1 ilustra o que foi dito logo acima. Nesse período intercensitário, verifica-se a redução da população de 0 a 14 anos que foi de 15,7 milhões em 2000 para 14,1 milhões em 2010. A população adulta cresceu de 28 milhões em 2000 para 33,5 milhões em 2010. Houve uma evolução significativa da população idosa, que vai de 60 anos ou mais, em que passou de 4,0 milhões em 2000 para 5,4 milhões em 2010. Esse aumento da população idosa deve-se ao crescimento da expectativa de vida impulsionada pela melhoria das condições de sobrevivência da população nordestina. Apesar da melhoria da qualidade de vida, a região Nordeste está ainda com os piores indicadores do país, por isso ainda tem muito o que se fazer para que esta região obtenha melhores indicadores socio-econômicos.

Fica evidente, por meio das tabelas abaixo, o quanto a população adulta e idosa cresceram e o quanto reduziu a população jovem. Essa diminuição da população jovem pode complicar a longo prazo a quantidade da população economicamente ativa, pois, de acordo com a tendência, haverá um maior número de idosos que dependerão do trabalho da população economicamente ativa que terá uma significativa diminuição, isso levará a uma menor quantidade de mão-de-obra para o mercado de trabalho e poderá ainda trazer problemas para a assistência social.

Por outro lado, essa diminuição de fecundidade pode ser vista como um ponto positivo quando se trata da região Nordeste, pois sabe-se que ainda, tanto na área rural quanto na área urbana, existem grandes famílias que vivem com dificuldades para sobreviver devido ao grande número de pessoas em casa e à falta de acesso aos serviços básicos de sobrevivência.

Tabela 3 – Proporção (%) da População por Faixa de Idade em 2000.

UF	Ano	0 a 14	15 a 59	60 ou mais
Maranhão	2000	37,28	55,52	7,18
Piauí	2000	33,57	58,09	8,33
Ceará	2000	33,54	57,57	8,87
Rio Grande do Norte	2000	31,6	59,34	9,02
Paraíba	2000	31,46	58,29	10,17
Pernambuco	2000	31,1	59,94	8,9
Alagoas	2000	35,08	57,66	7,22
Sergipe	2000	33,36	59,24	7,35
Bahia	2000	31,97	59,76	8,24
Nordeste	2000	32,97	58,58	8,42

Fonte: IBGE. Resultados do Universo Agregados por Setores Censitários 2000.

Tabela 4 – Proporção (%) da População por Faixa de Idade em 2010.

UF	Ano	0 a 14	15 a 59	60 ou mais
Maranhão	2010	30,91	60,36	8,64
Piauí	2010	26,53	62,55	10,61
Ceará	2010	25,73	63,01	10,7
Rio Grande do Norte	2010	24,77	64,24	10,8
Paraíba	2010	25,28	62,68	11,97
Pernambuco	2010	25,63	63,61	10,65
Alagoas	2010	29,14	61,88	8,86
Sergipe	2010	26,87	64,04	8,99
Bahia	2010	25,59	63,98	10,34
Nordeste	2010	26,52	63,03	10,26

Fonte: IBGE. Resultados do Universo Agregados por Setores Censitários 2010.

4.2 Alfabetizados

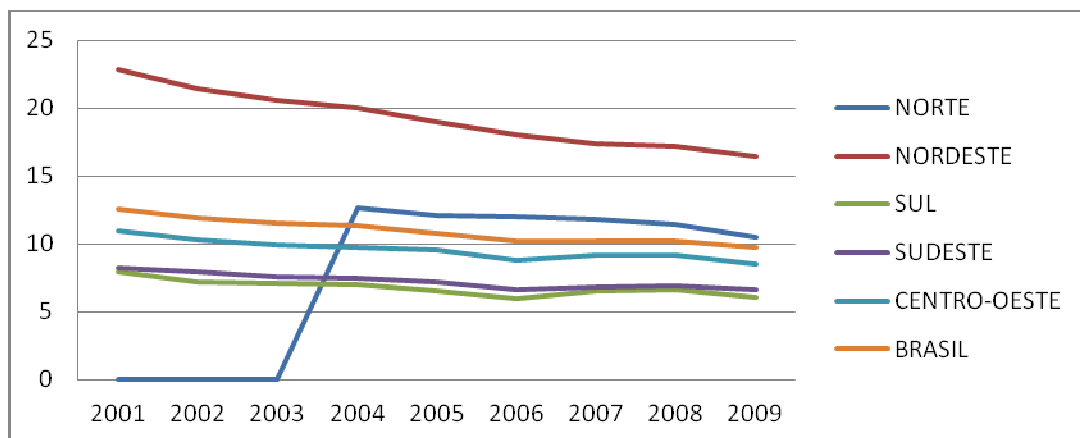
Quando se trata de educação, pode-se verificar um atraso e uma deficiência na região Nordeste se comparado às demais regiões do país. Entretanto no período entre 2000 e 2010 foi a região que obteve a melhor evolução apesar de ainda possuir o pior desempenho nesse quesito.

Tabela 5 - Evolução da População Analfabeta em Áreas Urbanas no Brasil e Regiões entre 2001 e 2009.

REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
NORTE	ND	ND	ND	12,7	12,1	12	11,8	11,4	10,5
NORDESTE	22,8	21,4	20,6	20	19	18	17,4	17,2	16,4
SUL	7,9	7,2	7,1	7	6,5	6	6,5	6,6	6,1
SUDESTE	8,2	7,9	7,6	7,5	7,2	6,6	6,8	6,9	6,6
CENTRO-OESTE	11	10,3	9,9	9,7	9,5	8,8	9,2	9,2	8,5
BRASIL	12,6	11,9	11,5	11,3	10,8	10,2	10,2	10,2	9,7

Fonte: Lemos (2012).

Gráfico 2 – Evolução da População Analfabeta em Áreas Urbanas no Brasil e Regiões entre 2001 e 2009.



Fonte: Lemos (2012).

Em 2001 a população analfabeta do nordeste era de 22,8%, sendo a região com o maior número de pessoas analfabetas acima de 15 anos. Em 2009 essa taxa reduziu para o patamar dos 16,4% e isto se deve ao aumento de políticas públicas na área de educação.

Embora tenha tido uma evolução nos dados da educação, nada garante que esse resultado meça completamente a qualidade da educação transmitida. Uma falha nesses dados é o fator de que em grande parte da população somente frequenta a escola para manter vigente o Bolsa Família, assistência dada pelo governo às famílias que mantiverem seus filhos regularmente matriculados nas escolas. Claro que esse é um fator que contribui para a evolução dessa taxa e atrelado a isso também houve outras políticas que fizessem com que a educação obtivesse melhores resultados na região nordeste.

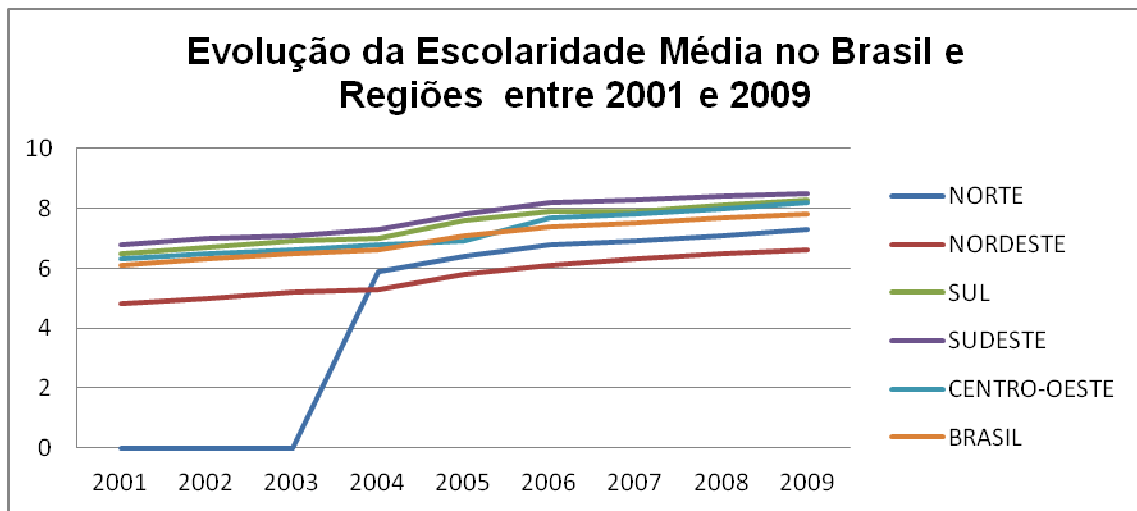
A tabela 6 e o Gráfico 3 ilustram a escolaridade média da região Nordeste em comparação com as demais regiões e a média educacional do país, mostrando assim o desempenho do nordeste nessa área tão importante, já que a partir dela é que se pode surgir o desenvolvimento sócio-econômico.

Tabela 6 - Evolução da Escolaridade Média no Brasil e Regiões entre 2001 e 2009.

REGIÕES	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
NORTE	ND	ND	ND	5,9	6,4	6,8	6,9	7,1	7,3
NORDESTE	4,8	5	5,2	5,3	5,8	6,1	6,3	6,5	6,6
SUL	6,5	6,7	6,9	7	7,6	7,9	7,9	8,1	8,3
SUDESTE	6,8	7	7,1	7,3	7,8	8,2	8,3	8,4	8,5
CENTRO-OESTE	6,3	6,5	6,6	6,8	6,9	7,7	7,8	8	8,2
BRASIL	6,1	6,3	6,5	6,6	7,1	7,4	7,5	7,7	7,8

Fonte: Lemos (2012).

Gráfico 3 - Evolução da Escolaridade Média no Brasil e Regiões entre 2001 e 2009.



Fonte: Lemos (2012).

Pode-se verificar que em todos os anos a região Nordeste foi a que obteve a menor média educacional do país. Embora tenha tido uma evolução desse indicador, ainda assim deixa a desejar pelo fato de ainda continuar com os piores indicadores.

Em todas as regiões houve um aumento da escolaridade média, isto é, a cada ano esta média crescia, algumas regiões em um ritmo mais acelerado do que outras. As regiões que obtiveram a maior evolução foram as regiões Centro-Oeste, Sul e Nordeste, com destaque para a região Centro-Oeste que possuiu a maior variação (1,9%). No entanto a média de anos de estudo na região centro-oeste é impulsionado principalmente pela média de escolaridade de Brasília, onde se encontra um dos melhores indicadores do país. A região que obteve a menor variação foi a região Norte (1,4%), mas ainda assim continuou com a média acima da região Nordeste. Portanto, fica claro que a educação no Nordeste ainda precisa de mais investimentos e melhor aplicabilidade desses investimentos, pois não adianta ter investimento se este não for feito da melhor forma, visando sanar os principais problemas, tanto no aspecto do capital físico como no humano.

Para se chegar ao tão sonhado desenvolvimento econômico e social é necessário, antes de mais nada, possibilitar um ótimo nível de educação à

população, fazer com que todos tenham acesso e oportunidades iguais por meio do ensino e pesquisa. Acabar com o analfabetismo pode ser o primeiro passo para que se chegue ao nível de escolaridade desejável, pois pode-se considerar o analfabetismo como uma “cegueira” ou “deficiência”, restringindo a visão, o entendimento, a capacidade intelectual do indivíduo e se transforma numa deficiência social, gerando uma exclusão econômica e, sobretudo, social. Portanto, o analfabetismo deve ser combatido e erradicado do país e, principalmente, da região Nordeste, onde se encontra os piores índices de escolaridade.

4.3 Renda

A renda é um fator importante e preponderante para se chegar ao desenvolvimento econômico e social, uma vez que o sistema econômico vigente visa sempre o lucro, o capital e o dinheiro. Então, pode-se inferir que quem tem acesso à renda, terá acesso aos meios necessários à sobrevivência e ao bem-estar. Por outro lado, quem não tem dinheiro disponível nem para as necessidades básicas ao ser humano pode ser considerado miserável e excluído do meio social, conforme foi abordado no referencial teórico deste trabalho.

Para que haja desenvolvimento deve haver crescimento, no entanto o crescimento deve ser acompanhado pelo bem-estar social da população, pois o aumento da renda não quer dizer muita coisa, sobretudo, porque pode haver uma concentração de renda nas mãos de poucos enquanto a maior parte não consegue usufruir desse acréscimo.

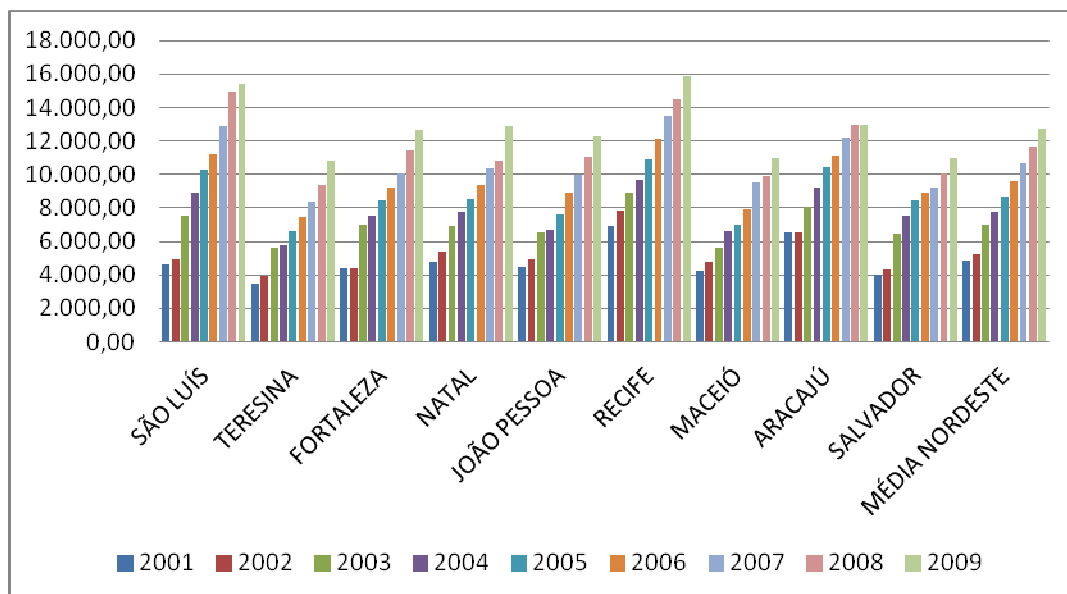
Abaixo podemos ver a evolução da renda per capita de cada capital que compõe a região nordeste e a média da região.

Tabela 7 – Evolução do PIB Per Capita das Capitais da Região Nordeste no período de 2001 a 2009.

CAPITAL	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
SÃO LUÍS	4.631,84	4.938,04	7.498,82	8.873,19	10.303,16	11.222,59	12.858,22	14.920,92	15.381,99
TERESINA	3.450,14	3.903,35	5.629,80	5.791,69	6.646,87	7.468,00	8.341,18	9.374,32	10.841,20
FORTALEZA	4.433,95	4.415,62	7.006,14	7.554,96	8.446,56	9.239,74	10.065,75	11.461,22	12.687,50
NATAL	4.813,69	5.410,95	6.930,96	7.774,23	8.539,38	9.366,87	10.362,39	10.847,40	12.862,25
JOÃO PESSOA	4.484,43	4.937,67	6.570,13	6.711,26	7.590,70	8.879,50	10.018,38	11.053,84	12.301,19
RECIFE	6.949,32	7.822,18	8.897,87	9.701,61	10.875,41	12.089,79	13.509,64	14.485,67	15.903,18
MACEIÓ	4.232,78	4.786,99	5.646,77	6.616,91	6.994,69	7.878,90	9.487,46	9.894,02	10.962,37
ARACAJÚ	6.533,32	6.509,63	8.045,26	9.187,23	10.423,93	11.148,38	12.210,59	12.940,65	12.994,38
SALVADOR	4.038,71	4.309,16	6.482,13	7.535,13	8.427,90	8.894,35	9.239,75	10.061,42	10.948,50
MÉDIA NORDESTE	4.840,91	5.225,95	6.967,54	7.749,58	8.694,29	9.576,46	10.677,04	11.671,05	12.764,73

Fonte: Lemos (2012)

Gráfico 4 – Evolução do PIB Per Capita nas Capitais Brasileiras entre 2001 e 2009 (R\$ em valores correntes).



Fonte: Lemos (2012).

Pode-se observar que em todas as capitais houve acréscimos de renda ao longo do tempo. Vale ressaltar que em Recife e em São Luís foram os estados que mais aumentaram a renda per capita e as capitais que pouco cresceram foram Teresina, Maceió e Salvador. Isso mostra que a evolução da renda em alguns

lugares não ocorre tão significativamente como em outros e isso depende das políticas adotadas, dos incentivos à atividade produtiva e ao mercado, pois através disso pode-se gerar uma maior quantidade de renda. Claro, como foi dito anteriormente, não necessariamente essa renda esteja sendo mais bem distribuída, mas já é o primeiro passo para se chegar ao desenvolvimento e basta, a partir daí, aliar o aumento da renda com o bem-estar que este acréscimo pode trazer para o indivíduo e à sociedade.

Quando ocorre uma melhor distribuição de renda, verifica-se que os problemas sociais mais recorrentes como a fome, dificuldades de acesso à educação, saúde e alimentação são, de certa forma, sanados, porque a renda fará com que o indivíduo e sua família saiam da exclusão para o “meio” social, meio este, que todos deveriam estar incluídos, visto que o homem deve gozar de seus direitos: direitos à vida, à dignidade e à sobrevivência. A ausência de recursos financeiros torna o indivíduo uma espécie de excrescência do meio social, privando-o de sobreviver e de evoluir como ser coletivo.

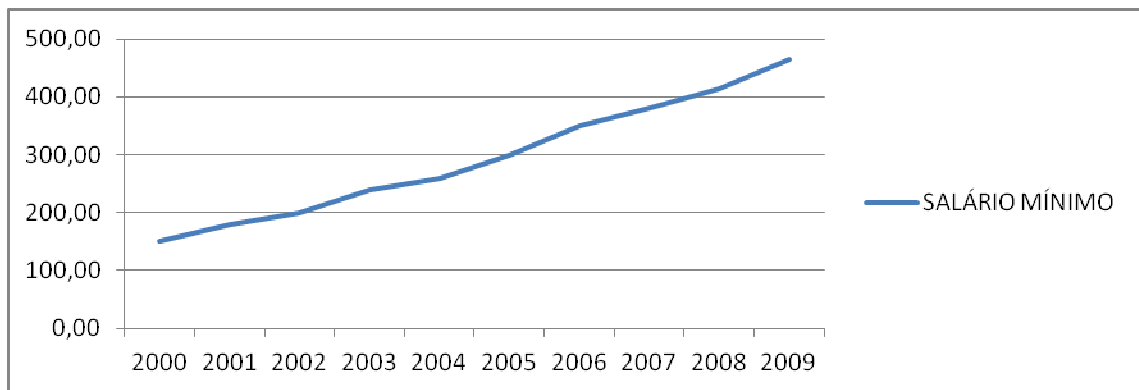
Infelizmente a teoria adotada hodiernamente nos coloca uma “linha imaginária”, em que acima dessa linha (US\$2,00/dia) o indivíduo deixa de ser considerado pobre, porém se fosse convertido hoje o dólar por real (US\$ 1,00 custa R\$ 2,27) um trabalhador que ganha US\$ 2,00/dia ganhará cerca de R\$ 4,54/dia. Em contrapartida, uma passagem de ônibus em Fortaleza, por exemplo, custa R\$ 2,20 e ao se deslocar para o trabalho, o indivíduo precisa pegar dois transportes coletivos, um na ida e outro na volta, no mínimo. Portanto, por dia serão gastos R\$ 4,40 ou US\$ 1,94 somente em locomoção para o trabalho. Será que este trabalhador deixou de ser considerado pobre? Com certeza não, mas para os parâmetros mundiais este trabalhador não será considerado como pobre, pois está acima da linha de pobreza.

Com este exemplo pode-se perceber a falha dessa medição de pobreza. Não necessariamente pessoas que ultrapassam a linha da pobreza irão sair desse estágio socioeconômico. Por este motivo, as políticas de amparo aos que sofrem com a ausência de recursos para sobreviver devem ser voltadas para suprir as necessidades e que tais pessoas saiam dessa condição de exclusão, não para que sirvam de dados para pesquisas ou para camuflar os índices que afirmam esse tipo de informação.

Quando a tabela e o gráfico são analisados, observa-se que a renda foi crescendo ao longo do tempo e isso se deve também por causa do controle inflacionário, principalmente a partir de 2003. Este controle inflacionário também contribuiu para que houvessem ganhos salariais reais ao longo do tempo, principalmente quando temos como base o salário mínimo, pois grande parte da população brasileira ganha igual ou menor ao mínimo vigente.

O gráfico 5 mostra a evolução do salário mínimo ao longo de 2000 a 2009, mostrando como se deu a evolução do salário mínimo.

Gráfico 5 – Evolução do Salário Mínimo no Brasil no período de 2000 a 2009.

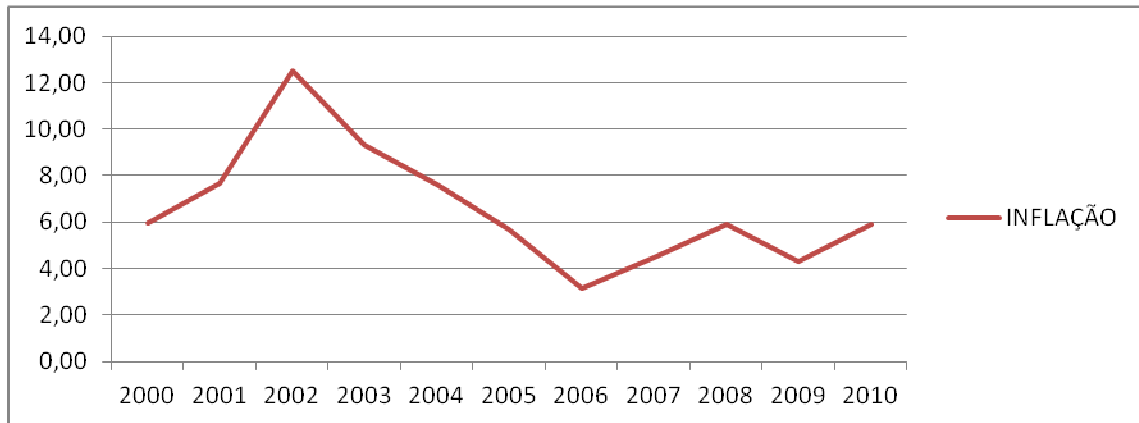


Fonte: Lemos (2012).

Além dessa evolução, será ilustrado por meio do gráfico 6 o crescimento da inflação no período de 2000 a 2010, constatando que o controle da inflação influenciou no aumento real do salário mínimo e no aumento do poder de compra da população, principalmente dos que dependem exclusivamente do salário mínimo.

Outro fator importante para o aumento da renda foi a ampliação do Programa de Assistência do Governo Federal, o Bolsa Família. Por intermédio desse programa econômico-social, famílias carentes recebem uma quantia por cada filho para que tenham um incremento na sua renda, além de ter como obrigatoriedade a permanência dos filhos regularmente matriculados, conforme já foi citado no tópico anterior a este.

Gráfico 6 – Evolução da Inflação do Brasil no período de 2000 a 2010 (IPCA).



Fonte: IBGE (2013)

A tabela 8 ilustra a evolução do PIB Per Capita do Brasil e Regiões no período de 2000 a 2009, comparando o valor entre as regiões e a média de renda per capita do país e isso nos mostra como evoluiu a renda per capita ao longo desses anos, pois quando esses dados são comparados, identifica-se a assimetria existente entre as regiões, em detrimento da região nordeste e norte que ainda permanece com os piores resultados.

Tabela 8 – Evolução do PIB Per Capita do Brasil e Regiões no Período de 2000 a 2009.

ESTADO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BRASIL	6.429,56	6.896,35	7.630,93	9.497,69	1.692,19	11.658,10	12.686,60	14.464,73	15.989,77	16.917,66
NORTE	3.870,41	4.254,41	4.939,11	5.779,65	6.679,93	7.241,49	7.987,81	9.134,62	10.216,43	10.625,79
NORDESTE	2.998,08	3.232,98	3.694,71	4.355,28	4.898,99	5.498,83	6.028,09	6.748,81	7.487,55	8.167,75
SUL	7.649,50	8.325,81	9.156,44	11.439,76	12.676,91	13.205,97	14.156,15	16.564,00	18.257,79	19.324,64
SUDESTE	8.713,19	9.239,57	10.086,06	12.424,15	14.009,42	15.468,74	16.911,70	19.277,26	21.182,68	22.147,22
CENTRO-OESTE	6.497,83	7.176,27	8.165,65	12.228,01	13.845,69	14.605,73	15.545,74	17.844,46	20.372,10	22.364,63

Fonte: Lemos (2012).

A região que possui a maior renda per capita é a região Centro-oeste, impulsionada pelo Distrito Federal e pelo crescimento da atividade agropecuária que tiveram suas fronteiras expandidas e pelo crescimento constante de produção e comercialização da soja. A segunda região em valores do PIB per capita é a região Sudeste, pois abriga um dos principais pólos industriais e comerciais do país. Em contrapartida, a região que possui o pior PIB per capita é a região Nordeste, que mesmo com crescimento ainda continua muito abaixo das demais regiões do país, continuando assim, a assimetria existente entre elas.

Comparando os valores dos estados da região nordeste na tabela 9 (ver anexos) nota-se que os estados que mais cresceram nesse período foram Maranhão (16,2%) e Piauí (14%). No entanto, ainda continuam com os menores PIB per capita. As regiões que menos cresceram foram Pernambuco (10,4%) e Bahia (11%), porcentagem que é a média de crescimento ao ano nesse período analisado. O maior PIB per capita da região é o de Sergipe com R\$9.364,71 e o menor é o de Piauí com R\$ 6.051,10. Apesar de estar se analisando dados de estados da mesma região, fica evidente a assimetria que existe dentro das próprias regiões devido às diferenças culturais, sociais e econômicas de cada unidade federativa que as compõem.

Tabela 9 – Evolução do PIB Per Capita dos Estados do Nordeste no período de 2000 a 2009.

ESTADO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
MARANHÃO	1.615,77	1.781,45	1.949,21	3.111,63	3.587,90	4.150,95	4.627,71	5.165,23	6.103,66	6.259,43
PIAUI	1.863,36	1.929,56	2.112,84	2.977,51	3.297,24	3.701,24	4.211,87	4.661,56	5.372,56	6.051,10
CEARÁ	2.773,46	2.833,20	3.128,61	4.145,07	4.621,82	5.055,43	5.634,97	6.149,03	7.111,85	7.686,62
RIO GRANDE DO NORTE	3.318,87	3.462,40	4.038,57	4.626,36	5.259,92	5.950,38	6.753,04	7.607,01	8.202,81	8.893,90
PARAÍBA	2.670,23	2.946,30	3.311,23	3.998,32	4.209,90	4.691,09	5.506,52	6.097,04	6.865,98	7.617,71
PERNAMBUCO	3.654,79	3.937,58	4.482,30	4.773,53	5.287,29	5.933,46	6.526,63	7.336,78	8.064,95	8.901,93
ALAGOAS	2.470,62	2.631,18	3.011,54	3.804,89	4.324,35	4.688,25	5.162,19	5.858,37	6.227,50	6.728,21
SERGIPE	3.283,09	4.468,94	5.082,22	5.718,37	6.289,39	6.823,61	7.559,35	8.711,70	9.778,96	9.787,25
BAHIA	3.667,22	3.935,86	4.631,39	5.031,40	5.780,06	6.581,04	6.918,97	7.787,40	8.378,41	9.364,71

Fonte: Lemos (2012).

Vale ressaltar que embora o PIB Per Capita tenha aumentado ao longo desses anos e em todos os estados e regiões, não quer dizer que tenha diminuído a desigualdade e que a maioria das pessoas estejam ganhando próximo a esses valores, pois não está se levando em conta a concentração de renda que no Brasil ainda continua alta. Como será mostrado mais adiante, ainda há muitas famílias consideradas pobres e excluídas no país, principalmente no Nordeste.

4.4 IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

Abaixo serão apresentados e analisados os dados sobre as âncoras do IDH.

A tabela a seguir mostra a proporção de crianças de 4 a 5 anos de idade que frequentam estabelecimentos de ensino, além da relação com algumas outras características selecionadas no período de 2000/2012.

Tabela 10 - Proporção de crianças de 4 e 5 anos de idade que frequentam estabelecimento de ensino, segundo algumas características selecionadas – 2000/2012.

Grandes Regiões e algumas características selecionadas	Proporção de crianças de 4 e 5 anos de idade que frequentam estabelecimento de ensino (%)	
	2002 (1)	2012
Brasil	56,7	78,2
Norte	51,0	63,0
Nordeste	64,2	84,0
Sudeste	59,2	82,0
Sul	42,9	71,0
Centro-Oeste	43,4	70,6
Situação do domicílio		
Urbana	60,7	80,7
Rural	38,8	66,7
Sexo		
Homem	54,8	77,9
Mulher	58,7	78,4
Cor ou raça (2)		
Branca	59,4	79,9
Preta ou parda	53,9	76,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

De acordo com essa tabela pode-se perceber que a região onde existe a menor proporção de crianças entre 4 e 5 anos frequentando a escola em 2000 e 2012 é a região Norte e a parte que mais possui é a Nordeste. Desta tabela ainda pode-se depreender a relação com algumas características sociais. A maioria da população analisada nesses dados é da área urbana em ambos os anos. No sexo, em ambos os anos a soberania na proporção é feminina e no quesito da cor a população que se diz branca ocupa a maior proporção.

Tabela 11 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas – 2012.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino (%)		
	6 a 14 anos, no ensino fundamental	15 a 17 anos, no ensino médio	18 a 24 anos, no ensino superior (1)
Brasil	92,5	54,0	15,1
Norte	91,2	42,4	10,8
Rondônia	93,3	46,9	11,5
Acre	88,9	44,9	16,6
Amazonas	90,5	42,6	11,2
Roraima	91,1	56,0	22,0
Pará	91,4	38,1	8,3
Região Metropolitana de Belém	92,5	48,3	15,2
Amapá	90,0	48,3	13,8
Tocantins	92,0	49,9	14,2
Nordeste	91,9	44,8	11,2
Maranhão	92,5	43,7	7,2
Piauí	92,4	42,4	13,3
Ceará	92,7	53,4	12,2
Região Metropolitana de Fortaleza	93,3	54,5	14,7
Rio Grande do Norte	91,9	44,2	15,3
Paraíba	92,5	43,6	12,8
Pernambuco	90,8	45,2	12,1
Região Metropolitana de Recife	89,3	51,9	14,4
Alagoas	89,9	37,6	11,0
Sergipe	94,1	41,3	14,2
Bahia	91,8	42,7	9,5
Região Metropolitana de Salvador	92,0	42,9	15,5
Sudeste	93,3	62,5	16,6
Minas Gerais	93,9	59,7	15,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	93,7	62,3	20,2
Espírito Santo	91,9	54,9	14,3
Rio de Janeiro	91,9	50,5	15,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	91,8	53,0	17,2

São Paulo	93,7	69,6	17,7
Região Metropolitana de São Paulo	93,6	71,0	18,7
Sul	92,6	57,1	19,8
Paraná	93,4	59,8	18,7
Região Metropolitana de Curitiba	92,6	54,9	20,9
Santa Catarina	92,1	58,6	22,7
Rio Grande do Sul	92,1	53,6	19,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	92,8	51,4	20,5
Centro-Oeste	92,3	58,5	19,2
Mato Grosso do Sul	92,7	43,3	20,9
Mato Grosso	90,1	61,9	16,5
Goiás	93,1	60,7	17,1
Distrito Federal	93,1	64,9	25,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Exclusive mestrado e doutorado

Embora estes dados não sejam do período em estudo, vale ressaltar a proporção de frequência a estabelecimentos de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas em 2012. Estes dados servem para nos dar uma noção a respeito da porcentagem de pessoas que estão matriculadas regularmente nas instituições de ensino e em todos os níveis de escolaridade. Estes dados mostram que nos níveis de ensino fundamental e médio a região que possui a maior proporção da população de acordo com a faixa etária é a Sudeste com 93,3% e 62,5%, respectivamente. Já no nível superior é a região Sul que detém a maior proporção da população regularmente matriculada com 19,8%. Conforme a tradição, as regiões que possuem os piores indicadores são a Norte e Nordeste. A região Norte possui os inferiores indicadores no ensino fundamental, médio e superior dentre as regiões do país, seguida pela região Nordeste.

Como foi visto em vários outros indicadores analisados até aqui, as regiões que mais sofrem com as disparidades existentes no nosso país são as regiões Norte e Nordeste. Embora existam políticas públicas que visem à diminuição da assimetria existente entre as regiões do país, ainda assim não são suficientes para que haja uma diminuição significativa de tamanha diferença, pois são mal

elaboradas ou mal executadas pelo poder público e não existem tantos investimentos por parte da iniciativa privada para que fomentem o desenvolvimento da sociedade como um todo. Para que se haja desenvolvimento, a educação deve ser priorizada e incentivada, além da relação que o poder público e o poder privado devem ter para que juntos possam desenvolver o capital humano e, que, por intermédio dessa parceria, possam elevar a capacidade tecnológica, produtiva e intelectual do nosso país, sobretudo das regiões que são mais carentes de incentivos como a norte e a nordeste.

Dando continuidade na análise e apresentação dos indicadores do IDH, serão expostos alguns dados da expectativa de vida do Brasil, onde pode-se comparar as regiões e ressaltar as piores e melhores expectativas de vida.

Observa-se ainda que houve uma melhoria na esperança de vida ao nascer dos brasileiros, devido a melhor distribuição de renda, melhores níveis de educação, maior cobertura e acesso aos serviços de saúde e saneamento básico que são vistos como determinantes potenciais das desigualdades, influenciando na queda da mortalidade, adicionando anos a esperança de vida ao nascer, além do desenvolvimento tecnológico aplicado na medicina.

Ao analisar os dados expostos na tabela 12 pode-se constatar que em todas as regiões a expectativa de vida das mulheres se manteve acima da expectativa masculina. Em 2000, as mulheres apresentavam uma esperança de vida ao nascer de 74,4 anos e os homens de 66,7 anos. Em 2009, apesar do aumento da expectativa de vida ao nascer em número de anos em ambos os sexos, a diferença se manteve, sendo de 77,1 anos para as mulheres e 69,6 anos para os homens.

Os dados ainda mostram que a região Nordeste apresenta a menor expectativa para ambos os sexos no período analisado e que a região sul é a que possui as maiores expectativas de vida para ambos os gêneros. É notável que haja uma disparidade entre as regiões nesse indicador, cuja diferença entre a sul e a nordeste (a diferença entre a melhor e a pior região) em 2000 era de 5 anos e em 2009 essa diferença manteve-se no mesmo patamar, isto é, houve uma melhoria na expectativa de vida dos brasileiros, no entanto a distinção existente entre as regiões nordeste e sul se mantiveram as mesmas, sem grandes alterações.

Tabela 12 – Esperança de vida ao nascer, por ano, segundo região e sexo.

Região/Sexo	Esperança de vida ao nascer, por ano, segundo região e sexo.									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Norte										
Masculino	66,8	67,1	67,4	67,7	68	68,2	68,5	68,8	69,1	69,3
Feminino	72,4	72,7	73	73,3	73,7	74	74,3	74,6	74,9	75,1
Ambos os Sexos	69,5	69,8	70,1	70,4	70,7	71	71,3	71,6	71,8	72,1
Nordeste										
Masculino	63,6	64	64,4	64,7	65,1	65,5	65,8	66,2	66,5	66,9
Feminino	70,9	71,3	71,6	72	72,4	72,7	73,1	73,4	73,8	74,1
Ambos os Sexos	67,2	67,5	67,9	68,3	68,6	69	69,4	69,7	70,1	70,5
Sudeste										
Masculino	67,9	68,2	68,6	68,9	69,2	69,5	69,8	70,1	70,4	70,7
Feminino	76,3	76,6	76,9	77,1	77,4	77,7	77,9	78,2	78,5	78,7
Ambos os Sexos	72	72,3	72,6	72,9	73,2	73,5	73,8	74,1	74,4	74,7
Sul										
Masculino	69,4	69,7	70	70,3	70,5	70,8	71,1	71,4	71,6	71,9
Feminino	76,3	76,6	76,9	77,1	77,4	77,7	78	78,2	78,5	78,7
Ambos os Sexos	72,7	73,1	73,3	73,6	73,9	74,2	74,4	74,7	75	75,3
Centro-Oeste										
Masculino	68,4	68,7	69	69,2	69,5	69,8	70,1	70,4	70,6	70,9
Feminino	75,3	75,6	75,9	76,2	76,5	76,7	77	77,3	77,5	77,8
Ambos os Sexos	71,8	72,1	72,3	72,6	72,9	73,2	73,5	73,7	74	74,3
Brasil										
Masculino	66,7	67,1	67,4	67,7	68	68,4	68,7	68,8	69,3	69,6
Feminino	74,4	74,7	75	75,3	75,6	75,9	76,2	76,4	76,8	77,1
Ambos os Sexos	70,4	70,8	71,1	71,4	71,7	72,1	72,4	72,5	73	73,3

Fonte: IBGE - Estimativas e métodos demográficos.

Adiante, tem-se os resultados do IDH dos estados nordestinos, mostrando a evolução desse indicador nos dez anos em estudo e como se comporta essa região com base nesse índice.

Tabela 13 – IDH dos Estados do Nordeste em 2000 e 2010

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano		
Estado	2000	2010
Alagoas	0,574	0,641
Bahia	0,594	0,663
Ceará	0,588	0,651
Maranhão	0,531	0,612
Paraíba	0,582	0,656
Pernambuco	0,615	0,673
Piauí	0,556	0,635
Rio Grande do Norte	0,608	0,678
Sergipe	0,596	0,672

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Consoante abordado nesta análise, o IDH é composto pela expectativa de vida, renda e escolaridade e esta tabela nos mostra que dentre os estados nordestinos o que possui o maior IDH em 2000 foi o estado de Pernambuco com 0,615 e o menor IDH foi o estado do Maranhão com 0,531. Já em 2010, o estado com o maior IDH foi o Rio Grande do Norte com 0,678 e o estado com menor IDH continua sendo o Maranhão com 0,612.

Com esses dados apresentados, pode-se verificar que mesmo entre os estados do nordeste há uma assimetria nos resultados decorrente da diferenciação da aplicação de políticas públicas que buscam melhorar os indicadores que fazem parte do IDH e melhorar o desenvolvimento.

4.5 IES – Índice de Exclusão Social

Abaixo seguem algumas tabelas com os dados do IES e seus indicadores referentes ao Nordeste brasileiro e após esta apresentação será feita uma análise para melhor entendimento dos resultados.

Tabela 14 – População Excluída Brasil e Regiões em 2000 e 2010.

REGIÃO	POPULAÇÕES TOTAIS		IES (% de Excluídos)		POPULAÇÃO SOCIALMENTE EXCLUÍDA	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
BRASIL	169.872.855	190.755.799	22,7	22,6	38.561.138	43.110.811
NORDESTE	47.782.484	53.081.950	39,5	37,1	18.894.129	19.672.074
NORTE	12.911.168	15.864.454	36,0	36,9	4.646.971	5.851.252
SUDESTE	72.430.190	80.364.410	12,6	13,6	9.116.665	10.919.973
SUL	25.110.347	27.386.891	15,8	14,1	3.976.480	3.874.256
CENTRO-OESTE	11.638.656	14.050.897	21,3	18,5	2.474.316	2.601.770

Fonte: Lemos (2012).

A tabela 14 mostra a população total do Brasil e das regiões, além de comparar o percentual do IES e a população socialmente excluída das regiões nos anos de 2000 e 2010.

Quando se analisa os dados do Brasil, vemos que o percentual de excluídos de 2000 para 2010 permaneceu praticamente inalterado, com uma redução insignificante de 0,1%, porém, como a população cresceu nesses dez anos e o percentual permaneceu praticamente imutável, houve um aumento da população socialmente excluída de acordo com os parâmetros do IES, que passou de 38.561.138 pessoas em 2000 para 43.110.811 pessoas em 2010.

Quando se parte para analisar as regiões, observa-se que a região Nordeste, mesmo tendo diminuído o percentual de excluídos, ainda é a região que possui o maior percentual e a maior população excluída entre as demais regiões nos anos 2000 e 2010. Em contrapartida, as regiões norte e sudeste aumentaram o percentual de excluídos e o número de pessoas socialmente excluídas. A região que possui o menor percentual de excluídos (embora não possua a menor população excluída) é a região Sudeste.

Tabela 15 – Comparação entre privações no Brasil e Regiões entre 2000 e 2010.

REGIÃO	PRIVEDUC		PRIVREND		PRIVAGUA		PRIVSANE		PRIVLIXO		IES	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
NORTE	16,4	11,2	45,2	55,2	53,4	45,5	65,5	67,2	44,2	25,7	36	36,9
NORDESTE	26,3	19,1	49	59,3	35,2	23,4	63,1	54,8	41,3	25	39,5	37,1
SUL	7,7	5,1	16,8	21,3	21	14,5	36,9	28,5	17,5	8,4	15,8	14,1
SUDESTE	8,2	5,5	16,3	25,4	12,3	9,7	18,2	13,5	10,3	5	12,6	13,6
CENTRO-OESTE	10,8	5,1	21,7	28,3	27,1	18,2	59,4	48,5	18,7	10,3	21,3	18,5
BRASIL	13,6	9,6	26,7	36,8	23,7	17,1	39,1	32,9	22,7	12,6	22,7	22,6

Fonte: Lemos (2012).

A tabela 15 mostra as taxas do IES em relação aos indicadores que as compõem e estão distribuídos para cada região no anos de 2000 e 2010. Estes resultados mostram que no PRIVEDUC a região que possui os melhores indicadores, isto é, menor valor, é a região Sul, em ambos os anos: 7,7% e 5,1%, respectivamente. O pior resultado do indicador PRIVEDUC é o da região Nordeste, que, mesmo com a diminuição de 7,2% nesse período, ainda continua com o pior resultado entre as regiões.

No indicador PRIVREND, a região Nordeste ainda continua com os piores resultados em ambos os anos seguida pela região Norte. Em 2000, a região Sudeste aparece com o melhor indicador (16,3%). Já em 2010 a região que obteve o melhor indicador foi a Sul com (21,3%).

Comparando as regiões no indicador PRIVAGUA, observa-se uma contradição, pois a região que possui o pior resultado é a Norte, onde se tem as maiores reservas de água do país e que, por meio desse indicador, pode-se visualizar que a maior parcela da população que não possui água encanada ou um ponto de torneira em casa está nesta região, seguida pela região Nordeste, a qual sofre há anos por conta da falta de água decorrente das grandes secas e estiagens que assolam esta região. A região com o melhor indicador é a Sudeste, em ambos os anos.

Quando é observado o PRIVSANE, as regiões que aparecem com os piores indicadores são a Norte e a Nordeste e as melhores são a Sudeste e Sul, entre os anos já citados.

No que se refere ao PRIVLIXO, a tendência observada mantém, visto que os piores indicadores continuam sendo os da região Norte e Nordeste e os melhores Sudeste e Sul.

Já no que se refere ao IES como um todo, isto é, composto por todos esses indicadores expostos até então, mostra a região Sudeste com o menor percentual (13,6%) e a região Nordeste com o maior percentual (37,1%). Portanto, a região que possui o maior número de pessoas socialmente excluídas é a região Nordeste, mantendo assim a disparidade existente entre as regiões do norte e do sul do país. A região Sul continua com a predominância de mais investimentos e melhorias nos indicadores de desenvolvimento se comparada à região Norte do país.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou apresentar a evolução dos indicadores econômicos sociais, além de aferir e avaliar a trajetória destes no período de 2000 a 2010 numa comparação entre os Censos, principalmente.

Por intermédio desta pesquisa, pode-se fazer uma comparação dos indicadores entre os estados do Nordeste e entre as demais regiões do país, verificando assim a forma como tem ocorrido o desenvolvimento nesta região.

Pode-se constatar que a região Nordeste deu um modesto salto em termos qualitativos e quantitativos no que diz respeito ao desenvolvimento, pois seus indicadores tiveram uma evolução crescente, contudo, mesmo com essa evolução, a região ainda se manteve com os piores indicadores, comparando-se às outras regiões, principalmente a Sul e a Sudeste.

Em termos populacionais a região Nordeste obteve um aumento de 11,19% entre o período em estudo, onde ficou bem próximo das taxas de crescimento do Brasil (12,48%). Pode-se verificar ainda que a população nordestina se mostrou ser mais urbana do que rural, pois em todos os estados houve aumento da população urbana em detrimento da quantidade da população rural. Ficou claro no estudo que a população nordestina vem seguindo a tendência demográfica do país, onde a população de 0 a 14 anos teve uma redução de 15,7 milhões para 14,1 milhões; a população adulta cresceu de 28 milhões para 33,5 milhões; e a população idosa passou de 4,0 milhões para 5,4 milhões. Esses valores mostram que está havendo uma redução da proporção de crianças e jovens, aumento da população adulta e grande elevação de idosos no Nordeste.

Quando se trata de educação, verifica-se um atraso e uma deficiência na região Nordeste se comparado às demais regiões do país. Apesar de ter sido a região que mais aumentou os seus indicadores educacionais, ainda assim, continua com os piores resultados. O estudo mostrou que houve um aumento da escolaridade média em todas as regiões e diminuição das taxas de analfabetismo, no entanto, a região Nordeste obteve as menores médias educacionais além de ter o maior índice de analfabetos do país.

Ao analisar o indicador renda verificou-se que em todos os estados nordestinos houve aumento na renda ao longo do tempo e todas as regiões do país também tiveram crescimento em suas rendas. Apesar do crescimento da renda na região Nordeste, esta ainda continua muito aquém das principais regiões do país, por exemplo, a Sul e a Sudeste devido às diferenças existentes nos investimentos empregados em cada região.

O IDH dos estados do Nordeste teve um crescimento nesse período significando melhoria na qualidade de vida da população impulsionada pela evolução dos indicadores da educação, renda e expectativa de vida. Vale ressaltar que o Maranhão foi o estado nordestino que possui o pior IDH tanto nos anos 2000 como em 2010, exemplificando assim, a assimetria existente na própria região.

Por fim, mostrou-se que a porcentagem de excluídos no Nordeste passou de 22,7% para 22,6%, mas como houve um aumento populacional já citado, o número de pessoas excluídas teve um aumento nos dez anos em análise. Portanto, embora tenha diminuído a taxa de excluídos, devido ao aumento populacional, aumentou-se também a quantidade de pessoas excluídas no Nordeste brasileiro.

Verifica-se ainda que dentro da própria região há uma diferenciação entre o desenvolvimento dos estados que a compõe, pois, por exemplo, em Pernambuco os indicadores obtiveram resultados bem melhores em todos os índices do que no Maranhão, que é o estado do Nordeste que se encontra com os piores números. Portanto, isto nos mostra que há um padrão diferenciado de desenvolvimento entre os diferentes estados do Nordeste que pode refletir em um tratamento desigual em termos de políticas públicas para a região no período intersensitório de 2000 e 2010.

Em suma, este trabalho mostrou de forma concisa a evolução dos principais indicadores de desenvolvimento econômico e social, ressaltando a comparação dos estados da região Nordeste e a comparação desta com as demais regiões brasileiras, visando identificar as principais deficiências e melhorias ocorridas nesse período, além de mensurar por meio do IDH e do IES o bem-estar ou mal-estar social. Com isso fica claro que a região Nordeste obteve uma evolução crescente em seus indicadores econômicos e sociais, todavia, ainda há muito a se fazer e a evoluir até que essa região se aproxime da qualidade e do bem-estar alcançado pelas principais regiões do país. Para que isso seja concretizado é

necessário que as políticas públicas implantadas sejam executadas de forma mais igualitária, minimizando assim, a assimetria existente tanto entre as regiões do país como entre os próprios estados da região Nordeste. Os investimentos em educação, saúde e em infraestrutura devem ser priorizados, pois por intermédio deles a população poderá obter um maior bem-estar social, melhorando assim, a sua qualidade de vida e, conseqüentemente, seus indicadores econômicos e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco. **Guia de Desenvolvimento Territorial**. Brasília: CNI – Confederação Nacional das Indústrias, 2009.

BERNAL, Cleide (Org.). **A Economia do Nordeste na Fase Contemporânea**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

BEZZON, Lara Crivelaro (Org.). **Guia Prático de Monografias, Dissertações e Teses**. 4 ed. São Paulo: Editora Alínea, 2009.

CARVALHO, Eveline Barbosa Silva (Org.). **Entendendo os Principais Indicadores Sociais e Econômicos**. Fortaleza: IPECE, 2010.

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE. **Guia de Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza: FEAAC, 2012. Disponível em: <http://www.feaac.ufc.br/images/stories/_files/guia_normalizacao_ufc_2012.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2013.

FEIJÓ, Ricardo. **Desenvolvimento Econômico: Modelos, Evidências, Opções Políticas e o Caso Brasileiro**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Ed. Histórica 100 anos. Curitiba: Positivo Editora, 2010.

IND020102 – Esperança de Vida ao nascer, por ano, segundo região e sexo [internet]. Rio de Janeiro: **Portal Determinantes Sociais de Saúde**. Observatório sobre Iniquidades em Saúde. CEPI DSS/ENSP/FIOCRUZ. Disponível em: <<http://dssbr.org/site/wpcontent/uploads/2012/03/Ind020102-20120130.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

IBGE, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Indicadores Sociodemográficos e de Saúde do Brasil**, nº 25, 2009. ISSN 1516-3296. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/indic Saud e.pdf. Acesso em 02 dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Uma análise das condições de vida da população brasileira 2012**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2012/default_tab_xls.shtm >. Acesso em: 20 jun. 2013.

LEITE, Pedro Sisnando. **Novo Enfoque do Desenvolvimento Econômico e as teorias Convencionais**. 2 ed. rev. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari e Kamille Leão de Souza **O novo perfil do Nordeste brasileiro no censo demográfico 2010**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da Exclusão Social do Brasil**: radiografia de um país assimetricamente pobre. 3. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO.

Desenvolvimento Humano e IDH. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/IDH/RDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_RDH>. Acesso em: 05 jun. 2013.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. 1 ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1999. Disponível em:

<<http://introducaoaeconomia.files.wordpress.com/2010/03/dicionario-de-economia-sandroni.pdf> >. Acesso em: 05 jun. 2013.

SCHIAVINATTO, Fábio (Org.). **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)**. 1 ed. Brasília: Ipea, 2011.